

ARTIGO - 4. AS PERSPECTIVAS DA CONSERVAÇÃO DESDE O SUL  
GLOBAL: PATRIMÔNIO PARA TODOS: DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL /  
REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO: NARRATIVAS PLURAIS E MEMÓRIAS  
SILENCIADAS / NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS NA GESTÃO,  
VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

**RIGIDEZ INSTITUCIONAL NA SALVAGUARDA PATRIMONIAL: UMA  
ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA DE TRAJETÓRIA EM VIÇOSA-MG**

*Luiza De Oliveira Sant'ana (osluizasantana@gmail.com)*

*Maria Luiza Almeida Cunha De Castro (luizadecastro@ufmg.br)*

*Edgar Vladimiro Mantilla Carrasco (mantilla.carrasco@gmail.com)*

Este trabalho analisa a evolução histórica e institucional do reconhecimento do patrimônio cultural no Brasil, com foco na transição da proteção dos bens materiais para a valorização do patrimônio imaterial. A discussão é desenvolvida a partir da teoria institucionalista de Douglass North, segundo a qual as instituições são entendidas como o conjunto de regras formais e informais que moldam as interações sociais e econômicas. Nesse sentido, busca-se compreender como as estruturas normativas e culturais se transformaram ao longo do tempo para incorporar expressões culturais não materiais. A valorização do patrimônio desempenhou papel fundamental para a construção e fortalecimento da identidade nacional. Durante o Estado Novo, a criação do SPHAN (atual IPHAN) institucionalizou a proteção de bens materiais. Contudo, foi somente após a Constituição de 1988 e a implementação de salvaguardas em 2000 que o patrimônio imaterial recebeu reconhecimento e atenção legal, marcando uma expansão crucial na

compreensão do que constitui o patrimônio cultural e a necessidade de sua salvaguarda. Apesar dessas importantes mudanças normativas e da abrangência da legislação atual, a gestão patrimonial em muitos municípios brasileiros ainda se mostra pouco alinhada a essa visão expandida. Observa-se uma persistente priorização do patrimônio edificado, resultando em lacunas significativas na atenção dedicada aos bens móveis e imateriais. O estudo de caso do município de Viçosa (MG), demonstra que a gestão patrimonial local ainda privilegia o patrimônio edificado e essa rigidez institucional indica que as escolhas históricas e os modelos herdados continuam a influenciar a forma como o patrimônio é compreendido, registrado e preservado. Ao rastrear essa trajetória, busca-se evidenciar como a inércia institucional e os valores culturais interagem na definição contemporânea do que é reconhecido como patrimônio cultural, material e imaterial, no contexto brasileiro.

Palavras-chave: dependência de trajetória; gestão patrimonial; patrimônio cultural; patrimônio imaterial; viçosa-mg.